



A gente é criada para ser assim,
mas temos que mudar.
Precisamos ser criadas para a liberdade.
O mundo é grande demais para
não sermos quem a gente é.

Elza Soares
(cantora feminista Afro-Brasileira)

QUAIS OS TEMAS DO CURSO?

Os temas são atuais e importantes para as mulheres, suas comunidades e o sistema de justiça. Confira:

Mulheres e Sistema de Justiça: Perspectivas de Formação e Atuação Cidadã	Educação em direitos humanos e políticas afirmativas	Luta, Organização Popular e Acesso à Informação	Enfrentamento à violência doméstica, familiar e no âmbito do trabalho	Direito Ambiental
Justiça Penal e Direitos Humanos	Direito à Saúde e Bem Estar	Direito da pessoa consumidora	Direito da Família e Sucessões	Direito ao Trabalho e ao Lazer
Racismo e Lutas Antirracistas	Direito da Pessoa Idosa	Direito das Pessoas com Deficiência	Direito à Infância e Juventude	Organização Financeira
Diversidade Sexual e Direitos da população LGBTI+	Direito dos povos tradicionais quilombolas, originários, do campo, da floresta, do mar, da cidade, ciganos e de terreiro	Direito à Cidade, à Moradia e à Cultura	Direito da População em Situação de Rua	Memória, Verdade e Democracia

QUEM ESTÁ AO NOSSO LADO NESTE PROJETO?

O programa DEFENSORAS POPULARES do Ceará é uma realização do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, por meio da Secretaria de Acesso à Justiça e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci; da Defensoria Pública do Estado do Ceará, através da Escola

Superior da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – ESDP e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, por meio de projeto de extensão do Instituto de Humanidades (IH) e do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero - CIEG DANDARA.



ESSE MATERIAL FOI ELABORADO EM

LINGUAGEM
SIMPLES

DEFENSORAS
POPULARES

100
MULHERES

LÍDERES
COMUNITÁRIAS
PARTICIPANDO

240
HORAS

COM ENCONTROS
PERIÓDICOS ONLINE
E PRESENCIAIS

OLÁ! Convidamos você a conhecer o projeto DEFENSORAS POPULARES do Ceará que promove direitos das pessoas que mais precisam, em especial, daquelas em condição de fragilidade, promovendo formação, fortalecimento e integração entre mulheres cearenses, líderes comunitárias.

O QUE É O PROGRAMA DEFENSORAS POPULARES DO CEARÁ?

É um amplo projeto de formação dedicado às mulheres, lideranças que atuam em território cearense como articuladoras de direitos nas suas comunidades.

QUAL O OBJETIVO PRINCIPAL DO CURSO?

É o exercício da cidadania na prática! Queremos que essas mulheres estejam prontas para identificar as violações de direitos e as injustiças, impactando positivamente em seus territórios. Com isso, passem a compreender os processos de construção e consolidação de uma sociedade mais justa e solidária.

Queremos que essas mulheres saibam como buscar ajuda e acessar à Justiça. Com consciência, conhecimento e intercâmbio de experiências, ajudem a **identificar violações de direitos** e atuar nos seus territórios concretamente.

A Defensoria quer cumprir o que diz o seu artigo 4º, III da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública: “promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico”.

QUAIS OS OUTROS OBJETIVOS?

♥ **ENSINAR** e aprender, por meio da própria diversidade da turma, o contato com outras vulnerabilidades, nas quais se aprenderá e se ensinará sobre o sentido pleno e integral dos direitos humanos.

♥ **EXPLICAR** os fundamentos das instituições e organização do Estado, o sistema de justiça, os deveres dos serviços públicos.

♥ **FORTALECER** essas mulheres-líderes no combate às violências e injustiças, garantindo acesso à informação e às instituições.

♥ **APROXIMAR** essas mulheres-líderes da Universidade, despertando seu interesse pelo constante aprendizado para criar parcerias.

♥ **FOMENTAR** uma rede de mulheres diversa e plural e que possa atuar em conjunto, com ampla formação em direitos e em liderança comunitária.

QUEM SÃO AS PARTICIPANTES?

Mulheres em situação de violência, mulheres sem-teto, mães solas, mulheres com deficiência, mulheres trans, negras, indígenas, quilombolas, jovens, ciganas e outras em situação de fragilidade.

COMO FOI A SELEÇÃO DESSAS MULHERES?

De forma aberta, transparente, justa e inclusiva, a Defensoria e a Unilab realizaram ampla divulgação da seleção pública, garantindo oportunidades para mulheres cearenses. As mulheres selecionadas demonstraram experiência de liderança ou vocação para liderança, vivenciaram ou vivenciam fragilidades, vontade de participar e acordo com os objetivos do curso.

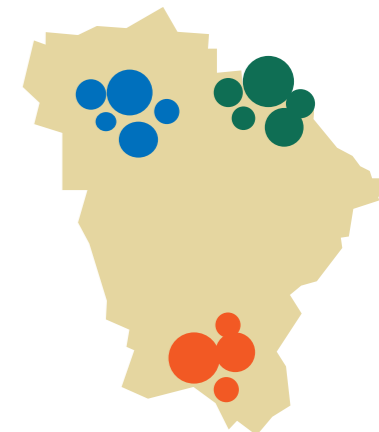
DE ONDE SÃO AS MULHERES SELECIONADAS?

Foram escolhidas mulheres de 16 localidades do Ceará, que estão divididas em 3 núcleos:

NÚCLEO FORTALEZA: Fortaleza, Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Redenção, Acarape;

NÚCLEO CARIRI: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha;

NÚCLEO SOBRAL: Sobral, Massapê, Viçosa do Ceará, Santana do Acaraú e Forquilha.



COMO SERÁ O ACOMPANHAMENTO?

As mulheres foram divididas em núcleos regionais e serão acompanhadas por monitoras bolsistas e pela Coordenação Pedagógica e Geral do projeto.

COMO FAREMOS ISSO?

O projeto educacional do Curso segue as regras do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2010), que forma líderes capazes de defender a dignidade humana de forma independente, consciente e crítica.

O Guia do Curso de Defensoras Populares inclui:

◆ **DIÁLOGO** entre os saberes comunitários, discutindo casos reais de violência, injustiça e violação de direitos;

◆ **INTERCÂMBIO** com a universidade, especialmente sobre gênero e como ele se cruza com outras questões, valorizando o conhecimento científico produzido pelas próprias mulheres;

◆ **CONHECIMENTO** sobre a Justiça, como o Estado se organiza e os deveres dos serviços públicos, com exercícios práticos para acessar o sistema de justiça;

◆ **APROXIMAR** a Justiça da realidade concreta das pessoas e grupos vulnerabilizados.

Durante o curso, será criado o Plano de Atuação Comunitária (PAC), que aplicará o conhecimento aprendido em resultados concretos na vida das mulheres e suas comunidades. Isso pode incluir criar ou fortalecer leis, conselhos locais, núcleos da Defensoria e promover outras formações, entre outras ações.

